STJ00095910

# SUMÁRIO

Nota à sétima edição ..... 27
Apresentação ..... 29

**Capítulo I**
**CONSTITUCIONALISMO** ..... 31
1. Origem e conceito ..... 31
2. Desenvolvimento ..... 32
   2.1. Constitucionalismo antigo ..... 32
   2.2. Constitucionalismo medieval ..... 33
   2.3. Constitucionalismo moderno ..... 34
3. Neoconstitucionalismo ..... 38
   3.1. Patriotismo Constitucional ..... 41
   3.2. Transconstitucionalismo ..... 43

**Capítulo II**
**DIREITO CONSTITUCIONAL** ..... 45
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional ..... 45
2. Objeto do Direito Constitucional ..... 49
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional ..... 49
   3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular ..... 49
   3.2. Direito Constitucional Comparado ..... 49
   3.3. Direito Constitucional Geral ..... 50
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito ..... 51
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não-jurídico .. 67
6. Fontes do Direito Constitucional ..... 68

**Capítulo III**
**TEORIA DA CONSTITUIÇÃO** ..... 71
1. Considerações acerca do vocábulo "Constituição" ..... 71
2. Origem e conceito de Constituição ..... 74
   2.1. Origem ..... 74
   2.2. Conceito ..... 75
3. Concepções sobre a Constituição ..... 75
   3.1. A concepção sociológica ..... 76
   3.2. A concepção política ..... 78
   3.3. A concepção jurídica ..... 82
   3.4. A concepção cultural (conexão das concepções anteriores) ..... 90
4. Supremacia da Constituição ..... 106
5. A unidade normativa da Constituição ..... 112
6. Objeto e conteúdo das Constituições ..... 113
7. Classificação das Constituições ..... 114
   7.1. Quanto ao conteúdo: *Material* e *Formal* ..... 115
   7.2. Quanto à forma: *Escrita* e *Não-Escrita* ..... 116
   7.3. Quanto à origem: *Democrática* e *Outorgada* ..... 117
   7.4. Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: *Imutável, Fixa, Rígida, Flexível* e *Semi-rígida* ou *Semiflexível* ..... 118
   7.5. Quanto à extensão: *Sintética* e *Analítica* ..... 121

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7.6. Quanto à finalidade: *Garantia* e *Dirigente* ..... 121
7.7. Quanto ao modo de elaboração: *Dogmática* e *Histórica* ..... 122
7.8. Quanto à ideologia: *Ortodoxa* e *Eclética* ..... 123
7.9. Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): *Normativa, Nominal* e *Semântica* ..... 123
7.10. Classificação da Constituição brasileira de 1988 ..... 124
8. Estrutura das Constituições ..... 124
9. Elementos das Constituições ..... 126
10. A Constituição Dirigente ..... 127
11. A Constituição brasileira de 1988 ..... 138

**Capítulo IV**
**TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL** ..... 141
1. A constituição como um sistema aberto de normas ..... 141
2. A norma constitucional: conceito e natureza ..... 142
3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional ..... 145
4. As espécies de norma constitucional: os *princípios* e as *regras*. A "normatividade" dos princípios ..... 148
4.1. A distinção entre regras e princípios em Robert Alexy ..... 154
5. A eficácia jurídica da norma constitucional ..... 156
5.1. O problema da eficácia das normas constitucionais ..... 156
5.2. Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias ..... 158
5.3. Normas constitucionais *self-executing* e *not self-executing* ..... 159
5.4. A classificação da doutrina italiana ..... 162
5.5. A classificação de J. H. Meirelles Teixeira ..... 163
5.6. A classificação de José Afonso da Silva ..... 164
5.7. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Brito ..... 169
5.8. A classificação de Maria Helena Diniz ..... 171
5.9. Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal ..... 173
5.10. Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas ..... 174
6. Os princípios constitucionais ..... 180
6.1. Tipologia de princípios constitucionais ..... 183
6.2. Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais ..... 185
6.3. Hierarquia de princípios ..... 187

**Capítulo V**
**INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL** ..... 191
1. Hermenêutica e interpretação jurídica ..... 191
2. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional ..... 195
3. As correntes interpretativistas e não-interpretativistas no direito norte-americano ..... 197
3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito ..... 198
4. Métodos de interpretação constitucional ..... 212
4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico ..... 212
4.2. Método tópico-problemático ..... 213
4.3. Método hermenêutico-concretizador ..... 214
4.4. Método científico-espiritual ..... 216
4.5. Método normativo-estruturante ..... 216

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

5. Princípios de interpretação constitucional ..... 217
5.1. Princípio da unidade da Constituição ..... 217
5.2. Princípio do efeito integrador ..... 218
5.3. Princípio da máxima efetividade ..... 220
5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional ..... 220
5.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização ..... 221
5.6. Princípio da força normativa da Constituição ..... 222
5.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade ..... 222
5.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis ..... 225
5.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição ..... 225
6. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle ..... 227

**Capítulo VI**
**PODER CONSTITUINTE** ..... 229
1. Considerações preliminares ..... 229
2. Conceito ..... 230
3. O Poder Constituinte e o pensamento de Sieyès ..... 232
4. Natureza ..... 233
5. Titularidade e exercício do Poder Constituinte ..... 234
6. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado ..... 237
7. Poder Constituinte Originário ..... 238
7.1. Conceito ..... 238
7.2. Características ..... 238
7.3. Formas de manifestação ..... 240
7.4. Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal ..... 240
8. Poder Constituinte Derivado ..... 241
8.1. Conceito ..... 241
8.2. Características ..... 242
8.3. Espécies ..... 242
8.4. Poder Constituinte Reformador ..... 242
8.4.1. Conceito ..... 242
8.4.2. Limitações ..... 243
8.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional ..... 248
8.4.4. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional ..... 249
8.5. Poder Constituinte Decorrente ..... 250
9. Mutação constitucional ..... 252
10. Direito Constitucional intertemporal ..... 253
10.1. Princípio da Recepção ..... 253
10.2. Repristinação ..... 254
10.3. Desconstitucionalização ..... 255

**Capítulo VII**
**CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE** ..... 257
1. Considerações iniciais ..... 258
2. Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade ..... 259
2.1. Conceito ..... 259
2.2. Pressupostos ..... 260
2.2.1. A Constituição formal ..... 260
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema ..... 260

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.2.3. A previsão de um órgão competente ..... 261
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade ..... 262
3.1. O sistema "americano" da *judicial review of legislation* ou "difuso" de controle de constitucionalidade e o *leading case William Marbury v. James Madison* ..... 264
3.2. O sistema "austríaco" ou "concentrado" de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen ..... 275
3.3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008 ..... 285
3.3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional ..... 285
3.3.1.1. Composição do Conselho Constitucional ..... 286
3.3.1.2. Competência do Conselho Constitucional ..... 288
3.3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França ..... 288
3.3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC) ..... 289
3.3.4. Considerações finais ..... 292
3.4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil ..... 293
3.4.1. A Constituição de 1824 ..... 293
3.4.2. A Constituição de 1891 ..... 294
3.4.3. A Constituição de 1934 ..... 296
3.4.4. A Constituição de 1937 ..... 297
3.4.5. A Constituição de 1946 ..... 297
3.4.6. A Constituição de 1967/69 ..... 298
3.4.7. A Constituição de 1988 ..... 299
4. Modelos de controle de constitucionalidade ..... 301
4.1. Quanto ao parâmetro do controle ..... 301
4.2. Quanto ao objeto do controle ..... 302
4.3. Quanto ao momento da realização do controle ..... 303
4.4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle ..... 304
4.5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle ..... 306
4.6. Quanto ao modo de manifestação do controle ..... 307
4.7. Quanto à finalidade do controle ..... 309
5. Controle difuso de constitucionalidade ..... 309
5.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional ..... 309
5.2. A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade ..... 310
5.3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade ..... 312
5.4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade ..... 313
5.5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade ..... 317
5.6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade.. 319
5.7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal ..... 322
6. Controle concentrado de constitucionalidade ..... 332
6.1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional ..... 332
6.2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade ..... 333
6.3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: As Ações Diretas ..... 341

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

7. Ação Direta de Inconstitucionalidade ..... 345
7.1. Origem, conceito e finalidade ..... 345
7.2. Legitimidade *ad causam* ..... 346
7.3. Competência ..... 352
7.4. Parâmetro e objeto ..... 355
7.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 ..... 368
7.6. Decisão e efeitos ..... 371
8. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão ..... 382
8.1. Origem e generalidades ..... 382
8.2. Natureza, finalidade e procedimento ..... 383
8.2.1. Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão ..... 386
8.3. Legitimidade *ad causam* e competência ..... 387
8.4. Parâmetro e objeto ..... 388
8.4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características ..... 389
8.4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional ..... 392
8.4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades ..... 393
8.4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial ..... 393
8.4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material ..... 399
8.4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa ..... 399
8.4.4. As omissões controláveis ..... 400
8.4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado ..... 401
8.5. Decisão e seus efeitos ..... 404
9. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação interventiva) .. 412
9.1. Origem, conceito e finalidade ..... 412
9.2. Legitimidade *ad causam* ..... 415
9.3. Competência ..... 416
9.4. Parâmetro e objeto ..... 416
9.5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011 ..... 418
9.6. Da medida liminar ..... 420
9.7. Decisão e efeitos ..... 421
10. Ação declaratória de constitucionalidade ..... 422
10.1. Origem, conceito e finalidade ..... 422
10.2. Legitimidade *ad causam* ..... 424
10.3. Competência ..... 424
10.4. Parâmetro e objeto ..... 425
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99 ..... 425
10.6. Decisão e efeitos ..... 427
11. Argüição de descumprimento de preceito fundamental ..... 428
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto ..... 428
11.2. A parametricidade da argüição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais ..... 434
11.3. Conceito de "descumprimento" na argüição ..... 439
11.4. Modalidades da argüição de descumprimento ..... 440
11.5. Argüição direta ou autônoma ..... 442
11.5.1. Legitimidade *ad causam* ..... 443
11.5.2. Competência ..... 448
11.5.3. Procedimento. A Lei 9.882/99 ..... 449
11.5.4. Medida liminar ..... 452
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis ..... 453
11.5.5.1. Atos normativos ..... 455
11.5.5.2. Atos não normativos ..... 456

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

11.5.5.3. Atos municipais ..... 458
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição ..... 459
11.5.5.5. Atos políticos ..... 460
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais ..... 462
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo ..... 465
11.5.6. Decisão e seus efeitos ..... 466
11.6. Argüição incidental ..... 471
11.6.1. Legitimidade *ad causam* ..... 475
11.6.2. Objeto ..... 477
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante ..... 478
11.7. O caráter subsidiário da argüição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99 ..... 480
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros ..... 488
12.1. Considerações gerais ..... 488
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados ..... 488
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados ..... 492

**Capítulo VIII**
**HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS** ..... 497
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro ..... 497
2. A Constituição de 1824 ..... 498
3. A Constituição de 1891 ..... 500
3.1. A instalação da Primeira República ..... 500
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891 ..... 501
4. A Constituição de 1934 ..... 502
4.1. A Revolução de 1930 ..... 502
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934 ..... 504
5. A Constituição de 1937 ..... 505
5.1. O Estado Novo ..... 505
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937 ..... 505
6. A Constituição de 1946 ..... 506
7. A Constituição de 1967 ..... 507
7.1. A Revolução de 1964 ..... 507
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967 ..... 508
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69) ..... 509
9. A Constituição de 1988 ..... 510
9.1. Antecedentes ..... 510
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988 ..... 511

**Capítulo IX**
**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS** ..... 513
1. Considerações iniciais ..... 513
2. Princípio Federativo ..... 514
3. Princípio Republicano ..... 517
4. Princípio do Estado Democrático de Direito ..... 519
5. Princípio da Soberania Popular ..... 521
6. Princípio da Separação de Poderes ..... 521
6.1. O Poder político e as funções estatais ..... 521
6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais ..... 523

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras ..... 529
6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes ..... 531
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro ..... 535
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro ..... 537
9. Princípios regentes das relações internacionais ..... 538

**Capítulo X**
**TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS** ..... 541
1. Considerações iniciais ..... 541
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais ..... 542
3. A teoria dos quatro *status* de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais ..... 551
3.1. Função de defesa ou de liberdade ..... 554
3.2. Função de prestação ..... 555
3.3. Função de proteção perante terceiros ..... 558
3.4. Função de não discriminação ..... 558
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais ..... 559
4.1. Considerações iniciais ..... 559
4.2. As Declarações de Direitos ..... 565
4.2.1. A Magna Carta ..... 567
4.2.2. A *Petition of Rights* ..... 569
4.2.3. O *Habeas Corpus Act* ..... 570
4.2.4. O *Bill of Rights* ..... 570
4.2.5. O *Act of Settlement* ..... 571
4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia ..... 572
4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ..... 574
4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem ..... 579
4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira e quarta geração ou dimensão ..... 586
4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos ..... 590
4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais ..... 591
4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade ..... 599
4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direita e os direitos relacionados à biotecnologia ..... 600
4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz ..... 600
4.4. Considerações finais ..... 601
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais ..... 602
6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado ..... 605
7. Características dos direitos fundamentais ..... 609
8. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais ..... 614
9. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou "eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas" ou "eficácia privada dos direitos fundamentais" ou "eficácia externa dos direitos fundamentais") ..... 619
10. Os direitos fundamentais e suas garantias ..... 622

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

**Capítulo XI**
**DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS** ..... 623
1. Os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988 ..... 623
2. Os destinatários dos direitos fundamentais ..... 624
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. Significado e alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988 ..... 625
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. O significado e alcance da cláusula de "abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais" do art. 5º, § 2º e o novo § 3º ..... 637
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 ..... 653

**Capítulo XII**
**DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS** ..... 663
1. Considerações iniciais ..... 663
2. Direito à vida ..... 663
3. Direito à igualdade ..... 664
4. Direito à liberdade ..... 670
   4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade ..... 670
   4.2. Liberdade de locomoção ..... 671
   4.3. Liberdade de opinião ou pensamento ..... 671
   4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação ..... 673
   4.5. Liberdade de informação ..... 674
      4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística ..... 676
   4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência ..... 681
   4.7. Liberdade de reunião ..... 684
   4.8. Liberdade de associação ..... 684
   4.9. Liberdade de opção profissional ..... 686
5. Direito à privacidade ..... 686
   5.1. Direito à intimidade ..... 687
   5.2. Direito à vida privada ..... 688
   5.3. Direito à honra ..... 689
   5.4. Direito à imagem ..... 689
   5.5. Direito à inviolabilidade da casa ..... 690
   5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas ..... 692
6. Direito de propriedade ..... 698
   6.1. Propriedade intelectual ..... 699
   6.2. Direito de herança ..... 700
7. Direito de petição ..... 700
8. Direito de certidão ..... 701
9. Direito de acesso à justiça ..... 702
10. Direito à segurança jurídica ..... 703
   10.1. Garantia do direito adquirido ..... 704
   10.2. Garantia do ato jurídico perfeito ..... 705
   10.3. Garantia da coisa julgada ..... 705
11. Direito à garantia do devido processo legal ..... 706
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa ..... 707
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal ..... 708

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

**Capítulo XIII**
**DOS DIREITOS SOCIAIS** ..... 723
1. Considerações iniciais ..... 723
2. Direitos sociais do trabalhador ..... 726
3. Direitos sociais da seguridade social ..... 730
   3.1. Direito à saúde ..... 731
   3.2. Direito à previdência social ..... 733
   3.3. Direito à assistência social ..... 734
4. Direitos sociais à educação e à cultura ..... 734
   4.1. Direito à educação ..... 734
   4.2. Direito à cultura ..... 738
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ..... 739
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e do idoso ..... 741
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível ..... 743

**Capítulo XIV**
**DO DIREITO DE NACIONALIDADE** ..... 753
1. Considerações iniciais ..... 753
2. Conceito de nacionalidade ..... 753
3. Espécies de nacionalidade ..... 754
4. Modos de aquisição da nacionalidade ..... 754
5. O polipátrida e o apátrida *(heimatlos)* ..... 754
6. Os brasileiros na Constituição Federal de 1988 ..... 755
   6.1. Os brasileiros natos ..... 756
   6.2. Os brasileiros naturalizados ..... 761
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados ..... 764
8. Perda da nacionalidade brasileira ..... 766
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira ..... 767
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil ..... 768

**Capítulo XV**
**DOS DIREITOS POLÍTICOS** ..... 769
1. Considerações iniciais ..... 769
2. Modalidades de direitos políticos ..... 769
3. Direitos políticos positivos ..... 769
   3.1. Direitos políticos ativos ..... 770
   3.2. Direitos políticos passivos ..... 770
4. Direitos políticos negativos ..... 772
   4.1. Inelegibilidades ..... 772
      4.1.1. Inelegibilidades absolutas ..... 773
      4.1.2. Inelegibilidades relativas ..... 773
   4.2. Perda e suspensão de direitos políticos ..... 776
5. Dos partidos políticos ..... 779
   5.1. Conceito ..... 779
   5.2. Liberdade partidária ..... 780
   5.3. Autonomia partidária ..... 780
   5.4. Direitos dos partidos políticos ..... 781

**Capítulo XVI**
**DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS** ..... 785
1. Considerações gerais ..... 785
2. *Habeas corpus* ..... 786

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.1. Escorço histórico da origem do instituto ..... 786
2.2. Natureza Jurídica ..... 787
2.3. Espécies ..... 788
2.4. Legitimidade *ad causam* ..... 788
2.4.1. Legitimidade ativa ..... 788
2.4.2. Legitimidade passiva ..... 789
2.5. Hipóteses de cabimento ..... 790
2.6. Competência ..... 791
2.7. Procedimento ..... 793
3. Mandado de segurança ..... 794
3.1. Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto ..... 794
3.2. Natureza Jurídica ..... 796
3.3. Espécies ..... 796
3.4. Legitimidade *ad causam* ..... 797
3.4.1. Legitimidade ativa ..... 797
3.4.2. Legitimidade passiva ..... 798
3.5. Cabimento ..... 799
3.6. Objeto da impetração ..... 800
3.7. Competência ..... 802
3.8. Procedimento ..... 803
3.9. Da Medida Liminar ..... 805
3.10. Da Sentença ..... 806
3.11. Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença ..... 806
3.12. Do Mandado de Segurança Coletivo ..... 807
3.13. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ..... 808
4. Mandado de injunção ..... 809
4.1. Origem e considerações gerais a respeito do instituto ..... 809
4.2. Objeto ..... 818
4.3. Legitimidade ativa ..... 818
4.4. Legitimidade passiva ..... 819
4.5. Competência ..... 821
4.6. Decisão e seus efeitos ..... 822
5. *Habeas data* ..... 836
6. Ação popular ..... 839
6.1. Considerações gerais ..... 839
6.2. Requisitos específicos da ação ..... 840
6.3. Finalidade da ação ..... 840
6.4. Objeto da ação popular ..... 841
6.5. Legitimidade *ad causam* ..... 842
6.5.1. Legitimidade ativa ..... 842
6.5.2. Legitimidade passiva ..... 843
6.6. Competência ..... 843
6.7. Liminar, sentença e coisa julgada ..... 844
7. Ação civil pública ..... 845

**Capítulo XVII**
**DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO** ..... 855
1. O Princípio Federativo e o Estado Federal ..... 855
1.1. Estado Federal e Estado Unitário ..... 856
1.2. Estado Federal e Estado Regional ..... 856
1.3. Estado Federal e Confederação de Estados ..... 856

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

1.4. Características comuns do Estado Federal ..... 857
1.5. Estado Federal e tipos de Federalismo ..... 860
2. O Federalismo Brasileiro ..... 861
2.1. Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro ..... 861
2.2. A Organização Política do Estado brasileiro ..... 862
3. A repartição de competência ..... 862
3.1. O princípio da predominância do interesse ..... 862
3.2. Técnicas de repartição de competência ..... 862
4. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988 ..... 863
4.1. A repartição horizontal de competência. Técnicas ..... 864
4.2. A repartição vertical de competência ..... 865
5. Competências e sua classificação ..... 865
5.1. Competência legislativa ..... 865
5.2. Competência não legislativa ou material ..... 865
5.3. Outras competências ..... 866
6. A União ..... 866
6.1. A posição da União na Federação ..... 866
6.2. Brasília: sede do governo da União ..... 867
6.3. Bens da União ..... 867
6.4. Competência material da União ..... 869
6.4.1. Competência material exclusiva da União ..... 870
6.4.2. Competência material comum da União ..... 872
6.5. Competência legislativa da União ..... 873
6.5.1. Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados ..... 873
6.5.2. Competência legislativa concorrente da União ..... 878
7. Os Estados federados ..... 881
7.1. A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembléias Legislativas ..... 881
7.2. Competência material (privativa e comum) ..... 882
7.3. Competência legislativa (privativa e concorrente). A competência suplementar ..... 883
7.4. Bens dos Estados ..... 884
8. O Distrito Federal ..... 884
8.1. A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências ..... 884
9. Os Municípios ..... 885
9.1. O Município nas Constituições anteriores ..... 887
9.1.1. O Município na Constituição do Império ..... 887
9.1.2. O Município na Constituição de 1891 ..... 887
9.1.3. O Município na Constituição de 1934 ..... 888
9.1.4. O Município na Constituição de 1937 ..... 888
9.1.5. O Município na Constituição de 1946 ..... 889
9.1.6. O Município na Constituição de 1967 ..... 889
9.2. As competências do Município na Constituição Federal de 1988 ..... 890
9.2.1. A competência legislativa ..... 894
9.2.2. A competência material ..... 895
10. Os Territórios Federais ..... 897
10.1. Natureza ..... 897
10.2. Organização ..... 898
11. Intervenção ..... 898
11.1. Conceito ..... 899

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

11.2. Intervenção Federal ..... 899
11.3. Intervenção Estadual ..... 903
11.4. Formalidades comuns ..... 903
12. A Administração Pública ..... 904
12.1. Conceito ..... 904
12.2. Organização ..... 907
12.2.1. Administração direta ..... 908
12.2.2. Administração indireta ..... 909
12.3. Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública ..... 910
12.3.1. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado ..... 912
12.3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público ..... 914
12.3.3. Princípio da Legalidade ..... 914
12.3.4. Princípio da Impessoalidade ..... 915
12.3.5. Princípio da Moralidade ..... 915
12.3.6. Princípio da Publicidade ..... 917
12.3.7. Princípio da Eficiência ..... 918
12.3.8. Princípio da Finalidade Pública ..... 919
12.3.9. Princípio da Presunção de Legitimidade ..... 920
12.3.10. Princípio da Autotutela ..... 921
12.3.11. Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos ..... 922
12.3.12. Princípio da Motivação ..... 923
12.3.13. Princípio da Responsabilidade do Estado ..... 925
12.3.14. Princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas ..... 925
12.3.15 Princípio do prévio concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos ..... 926
12.3.16 Princípio da obrigatoriedade da licitação ..... 931
12.4 Dos Servidores Públicos ..... 932
12.4.1. Agentes Públicos ..... 932
12.4.2. Espécies de Agentes Públicos ..... 933
12.4.2.1. Agentes políticos ..... 933
12.4.2.2. Agentes ou servidores administrativos do Estado ..... 934
12.4.2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado ..... 943
12.4.3. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve ..... 944
12.4.4. Remuneração e subsídio do servidor ..... 946
12.4.5. Estabilidade do servidor ..... 958
12.4.6. Previdência do servidor ..... 961
12.5. Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios ..... 965
12.6. Das Regiões ..... 967

**Capítulo XVIII**
**DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES** ..... 969
1. As funções do Estado e a separação de Poderes ..... 969
2. Do Poder Legislativo ..... 973
2.1. Órgãos do Poder Legislativo ..... 973
2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N. ..... 973

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: As Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição ..... 975
2.1.3 Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: As Câmaras de Vereadores dos Municípios. Composição ..... 977
2.2. Organização interna do Poder Legislativo ..... 982
2.2.1. A Mesa Diretora ..... 982
2.2.2. As Comissões Parlamentares ..... 983
2.2.2.1. Comissões Permanentes ..... 983
2.2.2.2. Comissões Temporárias ..... 984
2.2.2.3. Comissões Mistas ..... 984
2.2.2.4. Comissões de Inquérito ..... 985
2.2.2.5. Representativa ..... 995
2.2.3 A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos ..... 995
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo ..... 995
2.3.1. A Legislatura ..... 995
2.3.2. As Sessões legislativas ..... 996
2.3.2.1. Ordinária ..... 996
2.3.2.2. Extraordinária ..... 996
2.3.3. As Sessões ..... 997
2.3.3.1. Ordinárias ..... 997
2.3.3.2. Extraordinárias ..... 998
2.3.4. As Sessões preparatórias ..... 998
2.4. As atribuições do Congresso Nacional ..... 998
2.5. As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51) ..... 1002
2.6. As atribuições do Senado Federal (art. 52) ..... 1003
2.7. *Quórum* para deliberações (art. 47) ..... 1005
2.8. O Processo Legislativo ..... 1006
2.8.1. Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos ..... 1006
2.8.2. Atos do processo legislativo ..... 1015
2.8.2.1. Iniciativa legislativa ..... 1015
2.8.2.2. Emendas parlamentares ..... 1018
2.8.2.3. Votação ..... 1020
2.8.2.4. Sanção e veto ..... 1021
2.8.2.5. Promulgação e publicação ..... 1022
2.9. Procedimentos legislativos ..... 1023
2.9.1. Procedimento legislativo ordinário ..... 1023
2.9.2. Procedimento legislativo sumário ..... 1024
2.9.3. Procedimentos legislativos especiais ..... 1024
2.10. Dos Deputados e dos Senadores ..... 1024
2.10.1. Prerrogativas ..... 1025
2.10.1.1. As imunidades ..... 1025
2.10.1.2. O privilégio de foro por prerrogativa da função ..... 1028
2.10.1.3. Isenção do serviço militar ..... 1030
2.10.1.4. Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção ..... 1030
2.10.2. Incompatibilidades ..... 1030
2.10.3. Perda do mandato ..... 1031
2.10.3.1. Cassação ..... 1031
2.10.3.2. Extinção ..... 1032

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2.11. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas ..... 1035
2.11.1. Dos Tribunais de Contas ..... 1040
2.11.1.1. Do Tribunal de Conta da União ..... 1041
2.11.1.2. Do Tribunal de Conta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ..... 1041
3. Do Poder Executivo ..... 1042
3.1. Sistemas de governo ..... 1043
3.1.1. Parlamentarismo ..... 1043
3.1.2. Presidencialismo ..... 1046
3.2. O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República ..... 1047
3.3. Eleição do Presidente da República ..... 1048
3.4. Substituição e sucessão do Presidente da República ..... 1049
3.5. Atribuições do Presidente da República ..... 1052
3.6. Responsabilidade do Presidente da República ..... 1055
3.7. Prerrogativas do Presidente da República ..... 1058
3.8. Auxiliares do Presidente da República ..... 1060
3.9. Órgãos de Consulta do Presidente da República ..... 1060
3.9.1. Conselho da República ..... 1060
3.9.2. Conselho de Defesa Nacional ..... 1061
4. Do Poder Judiciário ..... 1061
4.1. A função jurisdicional do Estado ..... 1061
4.2. Órgãos do Poder Judiciário ..... 1063
4.3. O Estatuto da Magistratura ..... 1064
4.4. As Garantias do Poder Judiciário ..... 1072
4.5. Quinto Constitucional ..... 1076
4.6. Regime Constitucional dos Precatórios ..... 1078
4.7. Do Supremo Tribunal Federal ..... 1084
4.8. Do Conselho Nacional de Justiça ..... 1104
4.9. Do Superior Tribunal de Justiça ..... 1110
4.10. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais ..... 1112
4.11. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho ..... 1116
4.12. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais ..... 1129
4.13. Dos Tribunais e Juízes Militares ..... 1130
4.14. Dos Tribunais e Juízes dos Estados ..... 1132
4.15. Dos Juizados Especiais ..... 1133
5. Das funções essenciais à Justiça ..... 1134
5.1. Do Ministério Público ..... 1134
5.1.1. Histórico ..... 1134
5.1.2. O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988 ..... 1136
5.1.3. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988 ..... 1137
5.1.4. Princípios institucionais ..... 1139
5.1.4.1. Unidade ..... 1140
5.1.4.2. Indivisibilidade ..... 1140
5.1.4.3. Independência funcional ..... 1140
5.1.5. Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público ..... 1140
5.1.6. Funções institucionais ..... 1141
5.1.7. Conselho Nacional do Ministério Público ..... 1142
5.1.8. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas ..... 1144
5.2. Da Advocacia Pública ..... 1145
5.3. Da Advocacia ..... 1148
5.4. Da Defensoria Pública ..... 1148

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

**Capítulo XIX**
**DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS** ..... 1155
1. Considerações gerais ..... 1155
2. Do Sistema Constitucional das Crises e dos Estados de Exceção ..... 1155
2.1. Do Estado de Defesa ..... 1156
2.2. Do Estado de Sítio ..... 1158
2.3. Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio ..... 1160
3. Das Forças Armadas ..... 1160
4. Da Segurança Pública ..... 1163

**Capítulo XX**
**DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO** ..... 1165
1. Do Sistema Tributário Nacional ..... 1165
1.1. Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigação Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota ..... 1165
1.2. A competência tributária ..... 1175
1.2.1. Técnicas de repartição da competência tributária ..... 1175
1.2.2. Limites ao exercício da competência tributária ..... 1176
1.3. Classificação dos Tributos ..... 1176
1.4. O imposto ..... 1180
1.4.1. Impostos reais e pessoas ..... 1181
1.4.2. Impostos diretos e indiretos ..... 1182
1.4.3. Impostos em espécies ..... 1182
1.4.3.1. Impostos da União ..... 1183
1.4.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal ..... 1185
1.4.3.3. Impostos dos Municípios ..... 1187
1.5. A taxa ..... 1188
1.5.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado ..... 1190
1.5.2. A taxa e o preço (tarifa) ..... 1190
1.6. A Contribuição de Melhoria ..... 1192
1.7. Os Empréstimos Compulsórios ..... 1193
1.8. As Contribuições sociais ..... 1196
1.8.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico ..... 1198
1.8.2. As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas ..... 1198
1.8.3. As contribuições sociais da seguridade social ..... 1198
1.9. Das Limitações ao Poder de Tributar ..... 1199
1.9.1. O Princípio da Legalidade Tributária ..... 1199
1.9.2. Princípio da Igualdade Tributária ..... 1202
1.9.3. Princípio da Capacidade Contributiva ..... 1202
1.9.4. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária ..... 1203
1.9.5. Princípio da Anterioridade ..... 1204
1.9.6. O Princípio da Não-Cumulatividade ..... 1206
1.9.7. Princípio da Seletividade ..... 1208
1.9.8. Princípio da vedação do confisco ..... 1209
1.9.9. Princípio da Imunidade recíproca ..... 1210
1.9.10. As imunidades dos templos de qualquer culto ..... 1211
1.9.11. As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos ..... 1211

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

1.9.12. As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão ..... 1212
1.9.13. Outras limitações ..... 1212
1.10. Da repartição das receitas tributárias ..... 1213
2. Das Finanças Públicas ..... 1216
2.1. Considerações gerais ..... 1216
2.2. Dos Orçamentos ..... 1216

**Capítulo XXI**
**DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA** ..... 1221
1. Conceito de *Ordem* ..... 1221
2. Ordem Econômica ..... 1221
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica ..... 1222
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras ..... 1225
2.3. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988 ..... 1226
2.4. Ordem Econômica, Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável ..... 1230
2.5. Da Política Urbana ..... 1237
2.5.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana ..... 1238
2.6. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária ..... 1240
2.6.1. Desapropriação para fins de reforma agrária ..... 1240
3. Do Sistema Financeiro Nacional ..... 1245

**Capítulo XXII**
**DA ORDEM SOCIAL** ..... 1247
1. Considerações gerais ..... 1247
2. Objetivos ..... 1247
3. Da seguridade social ..... 1248
3.1. Saúde ..... 1250
3.2. Previdência social ..... 1253
3.3. Assistência social ..... 1255
4. Da Educação, da Cultura e do Desporto ..... 1258
5. Da Ciência e Tecnologia ..... 1262
6. Da Comunicação Social ..... 1263
7. Do Meio Ambiente ..... 1265
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso ..... 1279
9. Dos Índios ..... 1285

Bibliografia ..... 1289

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br